FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA – FATEC-PR
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ATRAVÉS DO OLHAR DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA.

- Proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) -

CURITIBA
2020

BRUNA GÉSSICA CENEDEZE

GREICY KELLY BRAGA DE OLIVEIRA

MARIA CLAUDIA MEZZOMO SCHMITZ

A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ATRAVÉS DO OLHAR DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE CURITIBA.

- Proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) -

Projeto apresentado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC-PR, como requisito parcial obrigatório para aprovação.

Orientador: Prof.ª Drª Aline Chalus Vernick Carissimi
Coordenador do Curso: Prof.ª Drª Aline Chalus Vernick Carissimi

CURITIBA
2020

Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC-PR
Mantenedora: Escola Tecnológica de Curitiba – ETC
Rua Itacolomi, 450 – Portão
CEP: 81070-150 - Curitiba-Pr –
Telefone: 3246-7722 - Fax: 3248-0246

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ATA DE DEFESA DE TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TÍTULO DO TRABALHO: "A importância da sala de recursos multifuncionais através do olhar docente na rede municipal de Curitiba"

NOMES DOS(AS) ACADÊMICOS (AS): Bruna G. Cenedeze, Greicy K. Braga e Maria C. Mezzomo

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A): Profª. Dra. Aline Chalus Vernick Carissimi

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2020 foi realizada a sessão pública de apresentação e defesa do TCC acima intitulado, apresentada pelos(as) acadêmicos(as) nominados(as), tendo a banca examinadora constituída pelos(as) seguintes professores (as):
Aline Chalus Vernick Carissimi (orientadora); Kauana de Paula Domingues Grande e Emília L. Moreira
A sessão pública ocorreu pela plataforma Microsoft Teams devida a suspensão das aulas presenciais face à pandemia do COVID 19. Após a apresentação do TCC, a banca passou a arguição dos(as) acadêmicos(as), sendo respondidas todas as questões colocadas e efetuadas as considerações pertinentes pelos membros da banca. Na sequência a Banca Examinadora reuniu-se em separado e ao retornar, o(a) professor(a) orientador(a) deu o parecer final sobre o trabalho, tendo sido atribuída a seguinte nota e resultado: **10,0** Resultado: **Aprovado**

O(a) referido (a) acadêmico (a) tem o prazo de até 10/12/20 para realizar as correções indicadas, bem como as citações e referências de autores em cumprimento às normas acadêmicas.

Nada mais havendo a tratar, eu Profª. Dra. Aline Chalus Vernick Carissimi, Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FATEC-PR lavro a presente ata.

Curitiba, 26 de novembro de 2020.

Aline Chalus Vernick Carissimi

_____

Profª. Dra. Aline Chalus Vernick Carissimi

Coordenadora do Curso de Pedagogia da FATEC PR

Dedicamos este trabalho a todos que contribuíram e apoiaram durante esse processo de conclusão de curso e quem incentivou a construção de um sonho.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a Deus, a todos os familiares, amigos e professores que contribuíram para a consolidação desse projeto e em especial a nossa orientadora Prof.ª Drª Aline Chalus Vernick Carissimi pelo apoio.

.

RESUMO

O projeto de graduação apresenta um estudo sobre as salas de recursos multifuncionais (SRM), o trabalho desenvolvido pelos professores que atuam com estudantes público alvo da educação especial, matriculados na rede municipal de educação, na cidade de Curitiba/PR. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) está diretamente ligado a articulação com profissionais da classe comum, nota-se um apoio pedagógico de ambas as partes para com os discentes, mas as atividades que desempenham se caracteriza por uma estratégia de ensino através de suas adequações curriculares objetivando assim uma problemática envolvendo a relação da teoria e a prática desenvolvida pelos professores.

Palavras-chave: Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado, professores e estudantes

ABSTRACT

This graduation project study on the multifunctional resource rooms and the work developed by teachers who work with students targeting special education, enrolled in the municipal education network, in Curitiba city. The Specialized Educational Service is directly linked to the articulation with professionals of the common class, there is pedagogical support from both parties towards the students, but the activities they perform are characterized by a teaching strategy through their curricular adjustments aiming at a problematic involving the relationship between theory and practice developed by teachers.

Keywords: Special Education, Multifunctional Resource Room, Specialized Educational Service, teachers and students.

LISTA DE SIGLAS

AEE – *Atendimento Educacional Especializado*

CEB – *Câmera de Educação Básica*

CEE - *Conselho Estadual de Educação*

CNE - *Conselho Nacional de Educação*

DCEMC – *Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba*

DIAEE – Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado

EE – *Educação Especial*

EJA – *Ensino de Jovens e Adultos*

LDBNE – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*

MEC - *Ministério da Educação*

NEE - *Necessidades Educacionais Especiais*

PEI - *Plano de Ensino Individualizado*

PPP - *Projeto Político Pedagógico*

PR - *Paraná*

RME - *Rede Municipal de Educação*

SEESP - *Secretaria de Educação Especial*

SEED – Secretaria Estadual da Educação

SRM – *Sala de Recursos Multifuncionais*

SUED – Superintendência da Educação

TEA - Transtorno Espectro Autista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
1.1 Objetivo Geral 10
1.2 Objetivos Específicos 10
2 JUSTIFICATIVA 11
3 METODOLOGIA 12
4 REVISÃO DE LITERATURA 14
4.1 Conceito de Educação Especial 14
4.2 Atendimento Educacional Especializado 16
4.3 Sala de Recursos Multifuncionais 19
5 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA 24
6 CONCLUSÕES 30
7 REFERÊNCIAS 31
8 ANEXOS 35

1 INTRODUÇÃO

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é um ambiente preparado para a prática pedagógica do professor que atua com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e atende alunos público-alvo da Educação Especial (EE) matriculados na rede regular de ensino. O tema deste trabalho," A importância da sala de recursos multifuncionais através do olhar docente na rede municipal de Curitiba" reflete a maneira que os profissionais da educação trabalham de forma articulada, isto é, a comunicação conjunta entre o professor que atua com o atendimento educacional especializado e o docente da rede regular de ensino, com ênfase a cidade de Curitiba/ Paraná (PR). A revisão de literatura está dividida em três títulos centrais: educação especial, atendimento educacional especializado e sala de recursos multifuncionais.

Em que a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) tem sua importância ligada, a complementar ou suplementar o aprendizado de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), conforme os documentos oficiais do sistema educacional brasileiro. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) visa atingir os objetivos propostos pelo ensino regular com a finalidade de oferecer suporte aos profissionais envolvidos no processo de inclusão educacional. O público-alvo da Educação Especial (EE) que não consegue acompanhar o ensino regular é destinado a frequentar os serviços especializados, sendo um assessoramento de natureza pedagógica em que o diálogo entre os educadores é imprescindível e necessário para o desenvolvimento do educando.

O enfoque deste estudo é verificar qual a visão dos professores com relação ao ambiente denominado Sala de Recursos Multifuncionais que fornece o AEE, através de uma entrevista semiestruturada. A revisão bibliográfica e documental apresenta conceitos pertinentes para esta pesquisa, seja ela o papel desenvolvido pelos profissionais acerca do paradigma educacional inclusivo. Ambos os profissionais buscam traçar estratégias de ensino com base nos componentes curriculares para a formação social e autônoma do aluno, objetivando sua independência seja ela na instituição que está matriculado ou em seu dia a dia na comunidade que está inserido.

O aprofundamento teórico presente no projeto de graduação possibilita o leitor conhecer o tema e refletir de uma forma crítica as diversas situações apresentadas em diferentes práticas fazendo com que o educando não pense de uma forma subjetiva e sim criando possibilidades para sua construção de conhecimentos.

A pesquisa em educação contribui para o conhecimento dos indivíduos através de uma formação crítica, criativa e inovadora de conceitos presentes no processo de aprendizagem, no qual leva-se em consideração as experiências adquiridas de cada pessoa, em que a pesquisa traz questionamentos e a elaboração de hipóteses. “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.” (FREIRE, 2020, p. 30). O professor está constantemente pesquisando, seja para desenvolver uma pesquisa ou para prática docente, pois toda relação ensino-aprendizagem exige um estudo em que os conteúdos estão cada vez mais se aprimorando e se modificando, por essa questão se faz necessário a pesquisa em educação.

1.1 Objetivo Geral

Realizar uma pesquisa exploratória sobre a percepção dos professores que atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o docente da rede regular de ensino, referente a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), na cidade de Curitiba.

1.2 Objetivos Específicos

a) Pesquisar fundamentos teóricos e das diversas legislações sobre a Sala de Recursos Multifuncionais;

b) Analisar a visão dos professores de classes comuns acerca da Sala de Recursos Multifuncionais e a articulação entre o professor de classe comum da rede pública e do profissional que atua com o Atendimento Educacional Especializado;

c) Verificar a importância da Sala de Recursos Multifuncionais através do olhar docente;

2 JUSTIFICATIVA

Este presente trabalho tem por finalidade destacar a importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e a articulação entre o ensino regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com base na percepção dos docentes, na cidade de Curitiba.

Ao pensar sobre as respectivas articulações, surgiram indagações e incertezas em relação ao paradigma educacional inclusivo como: O trabalho realizado pelo profissional que atua com o AEE, sendo essencial refletir a maneira que ele conduz o trabalho do professor regente em suas práticas pedagógicas.

De fato, são muitas dúvidas com relação ao tema, no qual se faz necessário estudar a relação de teóricos acadêmicos e a visão dos educadores para verificar a relevância da SRM, na oferta do atendimento especializado ao estudante com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho será qualitativa de natureza exploratória e descritiva.

Para GIL (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses e a pesquisa descritiva dispõe como objetivo o relato de características entre o objeto de estudo que se encontra na utilização de coleta de dados.

Segundo GERHARDT & SILVEIRA (2009, p.31) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Conforme os tópicos apresentados cabem frisar o ângulo qualitativo e quantitativo, sendo o qualitativo a análise de dados e o quantitativo a variedade numérica. De acordo Martins (2004 p. 292) “A maior dificuldade da disciplina de métodos e técnicas de pesquisa está na dificuldade de ensinar como se analisa os dados — isto é, como se atribui a eles significados — sendo mais fácil ensinar a coletá-los ou a realizar trabalho de campo.”.

As análises e interpretações se encontram na base teórica do trabalho o que depende das perguntas norteadoras da pesquisa. Em concordância com GATTI (2012, p. 19) “Estudos que revelam a diversidade disciplinar no campo da educação nos fazem apontar a multiplicidade de abordagens, mas, também, a especificidade associada ao campo e sua circunscrição no domínio das ciências humanas e sociais.”.As abordagens indicadas se referem a metodologia a ser utilizada na pesquisa através da busca por referências e noções teóricas.

Cada uma das etapas salientadas nota-se o andamento da diversidade do trabalho do investigador para haver um diálogo entre os passos apresentados. É importante destacar que para cumprir essa abordagem qualitativa será utilizado fontes de informação: bibliográfica e documental. Conforme GERHARDT & SILVEIRA (2009, p. 36) “Para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar. De acordo com as características da pesquisa, poderão ser escolhidas diferentes modalidades de pesquisa, sendo possível aliar o qualitativo ao quantitativo.” Além disso nesta pesquisa foi optado pelo procedimento de coleta de dados, além da fonte documental e bibliográfica, um roteiro de entrevistas semi estruturado para captar dados e informações entre docentes do ensino comum regular e do AEE/ SRM.

A pesquisa baseia-se em documentos oficiais como leis, decretos, deliberações e resoluções. De modo geral autor como Elba N. M. de Miranda (2014) utilizado na parte de fundamentação teórica referente a Sala de Recursos Multifuncionais e a modalidade de ensino, EE.

O pesquisador pode buscar referências que vão lhe auxiliar nesse processo de pesquisa, pretendendo, atingir os objetivos do projeto de graduação, conseguindo verificar o ponto de vista dos professores que atuam com o AEE e o professor da sala regular, relacionando com a sala de recursos multifuncionais.

O presente trabalho tem como público-alvo docentes da rede pública que atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores do ensino regular, que trabalham no município de Curitiba e atende alunos da modalidade de Educação Especial. Ao todo são 18 SRM distribuídas em 8 Núcleos Regionais de Educação (NRE) de Curitiba, as quais são: NRE - Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, Cidade Industrial de Curitiba - CIC, Pinheirinho, Portão e Santa Felicidade. Foi escolhido para este estudo o núcleo regional de educação do Pinheirinho, o qual conta com 3 salas de recursos multifuncionais e a NRE do Bairro Novo com duas SRM. Será utilizado a pesquisa de campo e como instrumento para a coleta de dados, a entrevista. Visando a metodologia qualitativa para a análise do conteúdo.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Conceito de Educação Especial

Segundo MANTOAN (2010, p.7) afirma “A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos.”. Atualmente, a Educação Especial (EE) é voltada na perspectiva de inclusão escolar. Destaca-se como marco jurídico institucional fundamentada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) n° 9394/96. Havendo uma reorganização nas etapas de ensino, a Educação Básica. Em que, no seu artigo 58, apresenta a Educação Especial (EE) como:

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (LDBEN n° 9394/96, artigo 58, capítulo 5)

Pode-se observar neste artigo que é dado a devida importância aos estudantes com necessidades educacionais especiais. É relevante salientar o § 1 do art. 58, que garante serviços de apoio especializado aos educandos: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Na LDBEN, a educação especial passa a ser considerada como modalidade de educação escolar e apresenta uma ênfase para os ambientes educativos. Em seu art. 58 §2, propõe o atendimento realizado em classes, escolas ou serviços especializados. Com base nas ideias de MIRANDA (2014), cabe acentuar que, o estudante ao frequentar o ensino regular será ofertado o atendimento educacional, e o indivíduo que não consegue acompanhar passará a ser inserido no ensino especializado.

Ainda a respeito da lei n° 9394/96, no art. 59, determina quais recursos são assegurados pelo sistema de ensino para os estudantes referente a modalidade de Educação Especial, como a adequação de currículos, terminalidade específica, formação de professores, a EE para o trabalho e acesso igualitário aos programas sociais.

> A Lei n.º 9.394/96 continuou definindo a integração como princípio de sistema educacional, deixando implícitas as condições de uma educação paralela, ao usar a expressão "preferencialmente" na rede regular de ensino, permitindo a existência de escola e das classes especiais quando o aluno não se adaptasse à sala comum do ensino regular. Contudo, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização específica para atender às necessidades do aluno com NEE podem proporcionar a busca por uma educação voltada para a igualdade de direito educacional, valorizando os diferentes potenciais de aprendizagem. (MIRANDA, 2014, p.32)

De acordo com Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmera Educação Básica (CEB) n° 2/2001, com ênfase para o art. 2, as escolas organizam os atendimentos aos estudantes com NEE, realizam matrículas escolares para todo o público, a fim de garantir um ensino de qualidade. Vale ressaltar que no estado do Paraná, as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (DCEMC), do ano de 2006 diz que:

> Atende às necessidades e expectativas da sociedade em transformação pela implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva, isto é, promover a integração e o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos). (PARANÁ, 2006, p. 03)

A citação refere-se à implantação de políticas Educacionais voltadas a Educação Inclusiva o que na Lei n° 13.146 do ano de 2015 que delibera a legislação do Estatuto da Pessoa com Deficiência para garantir a igualdade, direitos e liberdades essenciais para o indivíduo com o objetivo de promover a inclusão. Ao pensar no direito à educação mencionado no Capítulo IV no seu artigo 27 que expõe a garantia do sistema educacional inclusivo para todas as etapas de ensino a fim de atingir o desenvolvimento pleno dos estudantes de acordo com suas especificidades e necessidades de aprendizagem.

Cabe o poder público endossar medidas para incorporação do indivíduo no meio em que o cerca promovendo a evolução do sujeito destacado no seu Art. 28 — "Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar". Desta forma, acentua-se o inciso V que determina ações individuais e coletivas para os alunos nos ambientes que possibilitem o progresso acadêmico e social contribuindo para o acesso, permanência e a participação dos estudantes com NEE.

4.2 Atendimento Educacional Especializado

Na modalidade de Educação Especial percorre os níveis de ensino. Em torno desse aspecto a LDBEN (N° 9394/96), artigo 58 estabelece o assessoramento por meio de serviços especializados o qual é realizado pelo atendimento educacional especializado, possibilitando os recursos e orientações aos estudantes com NEE no processo de aprendizagem, tem por função "identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas." (BRASIL: SEESP/MEC, 2008). Desse modo o atendimento tem por enfoque a formação do sujeito para sua independência na sociedade. Segundo o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Especial (SEESP) nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008):

> O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação. (BRASIL, 2008, p. 2)

Com base nas ideias de MIRANDA (2014), os serviços de apoio especializado é um trabalho de natureza pedagógica que integraliza o ensino junto a educação de ensino regular. Isto é, o estudante não consegue acompanhar a classe comum, precisa de um apoio pedagógico especializado para auxiliar em seu desenvolvimento como acadêmico. Sob esta análise vale ressaltar os objetivos referente ao AEE, disposto no decreto n° 7.611/2011:

> Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:
> I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
> II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
> III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
> IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Nessa determinação estabelecida pelo decreto os professores que atuam com alunos NEE devem dispor propostas voltadas a educação inclusiva é garantido pela LDBEN n° 9394/96, capítulo V, artigo 59, inciso terceiro, especialização adequada em nível médio ou superior aos profissionais para o atendimento especializado como também professores da classe comum.

Para BRASIL: MEC, SEESP (2001, p. 31 e 32) no documento Diretrizes nacionais para Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial que refere se a dois perfis de professores para atuar com alunos de necessidades educacionais especiais - o professor do ensino regular capacitado e o docente especializado em educação especial. No qual o docente capacitado para desempenhar seu papel com alunos NEE legitime, que em sua formação estudaram conteúdos e desenvolvem aptidões voltadas a educação especial. Já o professor especialista em educação inclusiva desenvolveram habilidades para reconhecer as necessidades educacionais especiais, determinar e fornecer soluções educativas a tais necessidades, auxilia o professor do ensino regular, desenvolver estratégias flexíveis, realizar adaptações curriculares como os procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternadas e que consigam ratificar sua formação em cursos de licenciatura em educação especial, ou em uma área específica, ou complementação de estudo em área específica da educação especial.

> Entretanto, quando o assunto é inclusão, surgem barreiras, dúvidas, receio, recusa, sentimentos diversos que mexem com as certezas que os professores têm de sua capacidade de ensinar e mais ainda, quando trata-se de professores recém formados, que durante sua formação inicial no curso de formação de docentes adquiriram conhecimentos básicos sobre o assunto em poucas aulas durante o mesmo. (REZENDE, 2016, p. 8)

A citação descrita apresenta um enfoque para a formação inicial do professor. A Resolução CNE/CEB n. 4/2009, artigo 12, para exercer sua atuação no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial. Ainda nessa Resolução cabe ressaltar o artigo 2, que o educador do AEE tem o papel de agir ativamente no processo escolar do aluno complementando ou suplementando, levando em conta habilidades e necessidades específicas dos alunos com NEE.

Neste modo, a formação dos docentes para educação inclusiva necessita de planejamento desde o início, com práticas e cursos interdisciplinar, que certifique completamente o desenvolvimento do profissional com a finalidade de favorecer ações mais inclusivas, conforme MIRANDA (2014). Para BORGES; ALMEIDA (2013) há bastante estudos de políticas públicas para habilitar o professor a atender os alunos de uma maneira plena nas instituições. O aperfeiçoamento profissional vem para certificar-se o desenvolvimento contínuo do professor, através das vivências, estudos, reflexões e discussões. No qual, parte do interesse docente por meio do âmbito escolar. Conforme BORGES, ALMEIDA (2013; p.08) "A formação continuada vem ao encontro do fato de que, na sociedade do conhecimento e no mundo do trabalho, será preciso achar formas de continuar aprendendo sempre e desenvolver-se na profissão."

Portanto, é possível salientar que as políticas públicas direcionadas a educação especial que busca promover a inclusão necessita caracterizar o público-alvo assim como também contribuir para a formação dos profissionais do ensino comum e do AEE, de acordo com MANZINI (2018, p.820).

Com relação aos estudantes com NEE, o público-alvo direcionado ao AEE para SEESP/MEC (2008) considera-se — (a) Alunos com deficiência; (b) Alunos com transtornos globais do desenvolvimento; (c) Alunos com altas habilidades/superdotação.

> a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
>
> b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
>
> c. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL: SEESP/MEC. 2008, p.02)

Em concordância com MANZINI (2018) o público-alvo foi redefinido para haver suporte financeiro para atender os alunos NEE, desde 2008 ocorreram investimentos para melhorar o atendimento aos estudantes, por meio de, novos recursos e equipamentos destinados a Sala de Recursos Multifuncionais.

4.3 Sala de Recursos Multifuncionais

Conforme foi evidenciado nos estudos de MIRANDA (2014, p.37) às salas de recursos multifuncionais surgiram como estratégias segundo os documentos oficiais para auxiliar no processo de inclusão e aperfeiçoamento de aprendizagem por intermédio da flexibilização de critérios para a inserção e desenvolvimento escolar de alunos com NEE.

Desta maneira GADENS & GODOY (2014) afirma que a SRM se utiliza de recursos como materiais pedagógicos e equipamentos e a nomenclatura destinada a esse ambiente se refere por atender diversas NEE, nesse aspecto ela visa complementar e/ou suplementar o ensino regular dos estudantes público-alvo.

> Considera-se sala de recursos multifuncionais o espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados e de apoio aos alunos e professores, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado. (DELIBERAÇÃO Nº 02/2016 – Conselho Estadual de Educação (CEE/PR), p. 11).

Para POKER; ET. AL. (2013) o ambiente denominado salas de recursos multifuncionais é ofertado o Atendimento Educacional Especializado no contraturno da escolarização do estudante que tem por finalidade oportunizar aos indivíduos um complemento para que consigam se desenvolver através de suas potencialidades mesmo com suas limitações. Neste modo o ensino disponibilizado na Sala de Recurso Multifuncionais não pode ser semelhante ao da classe comum. Em que necessita de uma avaliação diferenciada, pois a partir de cada especificidade é elaborado o Plano de Ensino Individualizado (PEI). As instituições de ensino

consideradas inclusivas devem garantir a educação para todos pensando em suas habilidades, tempo e forma de aprendizagem. De acordo com FLORENTINO; MORI (2016, p.10) “O PEI é uma ação que envolve todos no espaço escolar, mas os professores, especificamente, têm responsabilidades centralizadoras, pois tem que planejar acompanhar, avaliar e retomar de outra forma a situação de aprendizagem.”

De acordo com MIRANDA (2014), o trabalho em conjunto entre os profissionais da educação estam relacionados a relevância da SRM para o planejamento desenvolvido a cada estudante público-alvo da Educação Especial em relação ao propósito desse programa. Desta maneira deve-se levar em consideração o Decreto n° 7.611/2011 em seu §2°, diz que:

> § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O documento oficial aponta a proposta pedagógica da escola a qual deve incluir o AEE. Segundo MANTOAN (2010, p. 21): “O PPP prevê ações de acompanhamento e articulação entre o trabalho do professor do AEE e os professores das salas comuns [...]”. Nessa perspectiva o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições escolares contemplam os serviços de apoio especializado. No estado do Paraná (PR) a deliberação nº 02/2016 em seu capítulo V declara o projeto político pedagógico – “§ 1º. As instituições devem garantir, no seu Projeto Político-Pedagógico, a flexibilização curricular e o atendimento pedagógico para suprir as necessidades e especificidades educacionais de seus estudantes.”

Visto que os professores da classe comum e os que atuam na educação especial necessitam se adequar ao trabalho conjunto que seja interdisciplinar e colaborativo. O desenvolvimento desse processo é diferente, o docente da rede regular cabe o ensino de diversos conteúdos curriculares, e o educador que atua com o atendimento educacional especializado complementar a formação do estudante. Essa proposta está articulado com as adaptações criadas por profissionais da educação para proporcionar a qualidade educacional, conforme MANTOAN (2010)

Com base nas ideias de SILVA; SILVA; GUIMARÃES (2018) que aponta o trabalho conjunto entre a equipe escolar para o desenvolvimento da preparação do trabalho referente ao AEE como necessária. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/09 – "Artigo 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular [...]."

A Instrução N° 016/2011 (PARANÁ: Secretaria de Estado da Educação – SEED/ Superintendência da Educação – SUED) determina os critérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais - tipo I, na educação básica. No tópico 4 que se refere aos critérios para organização funcional, destacando a SRM a qual deve constar obrigatoriamente no PPP e no regimento escolar em conformidade com a necessidade do estudante matriculado na instituição. Definindo esse ambiente como um atendimento especializado pedagógico que integra a ação de agir ativamente no processo escolar de estudantes público-alvo da EE, matriculados no ensino regular. "[...] b) Nas escolas municipais, cada Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica terá autorização de funcionamento de 20 horas/relógio semanais." (PARANÁ, 2011).

Vale destacar que a SRM de tipo II, segue a mesma legislação que a SRM tipo I, conforme evidenciado por BRASIL: MEC/SEESP (2010), no documento denominado Manual de orientação: programa de implantação de salas de recursos multifuncionais – "A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual [...]". Pensando, nessa perspectiva as salas de recursos são organizadas com materiais didáticos pedagógicos apropriados para o desenvolvimento de cada estudante. Com base em MIRANDA (2014, p.46) "[...] a sala de recurso multifuncional é um espaço educacional especializado, para o atendimento das necessidades educacionais dos sujeitos que participam do processo escolar."

O trabalho em conjunto dos educadores através da equidade atualmente possui um obstáculo para o processo de inclusão educacional, sendo disponibilizar a todos os indivíduos os materiais didáticos que o ensino proporciona para o aprendizado, isto é, os conteúdos básicos. Desta maneira a articulação entre os profissionais da educação é dialogar sobre as flexibilizações e adaptações curriculares para os educandos com necessidades educacionais especiais, respeitando os conteúdos bases do ano matriculado, MIRANDA (2014).

Ainda em conformidade com a instrução 016/2011 (PARANÁ: SEED/SUED), apresenta sobre ação pedagógica desenvolvida na Sala de Recursos Multifuncionais, na Educação Básica o trabalho deve se encaminhar a partir dos interesses, necessidades e dificuldades de aprendizagem de cada aluno. Contribuindo com recursos pedagógicos através de metodologias e estratégias de acordo com a aprendizagem desenvolvida na classe comum para habilitar e valorizar o estudante. Sendo dividido em três eixos: (a) Atendimento individual, (b) Trabalho colaborativo com professores da classe comum e (c) Trabalho colaborativo com a família.

Em concordância com SANTOS & OLIVEIRA (2016) que propõe ajustamentos a ser realizado sobre os conteúdos que os discentes devem aprender determinando um período para a assimilação. Nesse processo deve constar como ocorrerá a avaliação do estudante.

> A avaliação processual na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica objetiva acompanhar o desenvolvimento do aluno e traçar novas possibilidades de intervenção pedagógica. O desenvolvimento do aluno deverá ser observado/analisado no contexto comum de ensino e no atendimento educacional especializado. (PARANÁ: SEED/SUED. 2011, p.8).

As metodologias avaliativas utilizadas pelos docentes devem ser variadas para evidenciar o aprendizado do estudante, considerando que a escola regular tem por objetivo a formação do indivíduo para a cidadania, desta forma ele precisa colocar em prática o conhecimento obtido na classe comum, com base nas ideias de SANTOS & OLIVEIRA (2016).

Segundo o documento Manual de orientação: programa para a implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL: MEC/SEESP, 2010), afirma que a inclusão é o direito de todos os indivíduos mas que necessita de mudanças nas práticas e conceitos do corpo administrativo da escola, na sala de aula e na formação de professores. No desenvolvimento inclusivo presente nas políticas públicas educacionais se encontram as salas de recursos multifuncionais através do apoio pedagógico aos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino.

Para LOPES & MARQUEZINE (2012) discorrem sobre as instituições do estado Paranaense que está se adaptando a proposta do AEE, disposto pela legislação, o qual busca assegurar aos estudantes seu direito à educação.

5 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

A partir de dados obtidos, em 2020, por meio de uma pesquisa de campo com 04 profissionais que trabalham na rede Municipal de Curitiba, em que, foi encaminhado o termo de consentimento livre e esclarecido e as questões da entrevista através de recursos online. Com a finalidade de haver um diálogo com a revisão bibliográfica e documental as informações serão classificadas por 02 professores da classe comum (P1) e 02 professores que trabalham na sala de recursos multifuncionais (P2).

Em análise verificou-se que as docentes (P1), possuem formação em Pedagogia para trabalhar na rede regular de ensino, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9394/96 certifica formação adequada a professores da classe comum e para o atendimento especializado, em nível médio ou superior. No estudo os educadores (P2) atuantes no ensino de apoio fizeram pós-graduação em educação especial/ educação inclusiva e os (P1) em áreas distintas.

Os participantes ressaltaram que a prefeitura disponibiliza cursos de formação continuada voltadas à inclusão. De acordo com BORGES; ALMEIDA (2013) existe a necessidade dos profissionais se adequarem para haver um aprendizado constante, pois meio acadêmico e profissional está sempre em evolução. Como destacado por um dos entrevistados (P1): “Sim, a RME (Rede Municipal de Educação), junto a Secretaria de Educação oferece muitos cursos aos professores. No ano de 2019 realizei o Curso de Inclusão, que durou o ano todo. [...]”.

Confirmado também por professores qualificados em atendimento especializado (P2): “Sim. Ensino estruturado; Comunicação Alternativa. Conforme nossa solicitação o DIAEE (Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado), organiza a formação. [...]”. Desta forma, nota-se que os profissionais apresentam uma formação adequada para trabalhar nos ambientes educacionais o qual está inserido, seja na rede regular de ensino ou na Sala de Recursos Multifuncionais. Além de realizarem cursos formação continuada para o desenvolvimento acadêmico e profissional com conteúdos voltados à inclusão.

O atendimento educacional especializado é ofertado na SRM, com base no documento Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL: MEC/ SEESP, 2008, p.2). Segundo MIRANDA (2014) o estudante da classe regular que não consiga acompanhar o ensino será matriculado no serviço

especializado. Em vista disso, pode-se afirmar que é um trabalho que auxilia na formação acadêmica do estudante, isto é, tem uma função didática/ educativo, ficando claro qual é o papel da SRM.

Os professores (P1) ressaltaram a importância desse ambiente para a formação do estudante com necessidades educacionais especiais: “É de extrema importância a SRM estar presente contribuindo com esse estudante. As atividades que se propõe lá, é mais difícil que façamos em sala, por isso é importante que o estudante frequente essa sala para que tenha inúmeras possibilidades de aprendizagem.” A outra docente (P1) destaca que: “Uma grande importância no apoio às professoras da sala regular, nos ajudando a trabalhar as individualidades e habilidades dos alunos de inclusão.”. Em concordância com os docentes que indaga como necessária esse ambiente educativo para o desenvolvimento do educando complementando assim as aulas do ensino comum.

Os educadores dos serviços especializados (P2) na entrevista explicam o quanto esse trabalho é fundamental para o aprendizado dos alunos nesse ambiente, como explicado por um dos profissionais: “[...] A SRM tem a importância de amenizar conflitos, trazer formas diferenciadas de metodologias e recursos pedagógicos, que em parceria com o planejamento escolar, buscam efetivar a aprendizagem acadêmica de estudantes com deficiência no ensino comum.”. A outra profissional ressalta: “É muito importante para fazer valer o direito das crianças com deficiência de serem atendidas nas suas necessidades específicas, de terem atividades e materiais diferenciados, avaliações apropriadas e o respeito ao seu tempo de desenvolvimento.” A LDBNE (n° 9394/96) expressa os direitos dos estudantes público-alvo da modalidade de ensino – Educação Especial. Em que, no capítulo V, garante os serviços de apoio especializado além dos recursos assegurados como a adequação de currículos.

Com as explicações sobre a importância deixa ênfase para o papel da SRM, nas escolas foi destaco por uma das docentes (P1) que: “Dar condições para o estudante participar das aulas do ensino regular apesar de suas limitações, somando a responsabilidade do desenvolvimento desses alunos, com as professoras do ensino regular.” Um dos educadores (P2) destaca: “Garantir condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência matriculados na rede pública de ensino regular. Desenvolver recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Orientar professores com estratégias e materiais diversificados que facilitem a aprendizagem dos alunos e orientar as escolas quanto a acessibilidade física.”.

O processo didático-pedagógico é mencionado com relação às práticas de ensino presentes no cotidiano do aluno, ou seja, as adequações curriculares. Porque ambos se referem ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo professor que atua com o AEE, criando oportunidade para a inclusão dos estudantes na rede regular de ensino. Com base no documento BRASIL: MEC/SEESP (2001, p. 31 e 32) à dois tipos de profissionais de educação o que atende a classe comum e o professor especializado. O docente rede regular tem o objetivo de ensinar diversas disciplinas acadêmicas e o professor formado em educação especial/educação inclusiva complementa essa formação como desenvolver adaptações curriculares para a autonomia do estudante.

Na rede regular de ensino o professor ao abordar os componentes curriculares para todos os alunos elabora um plano de apoio para os estudantes que não conseguem acompanhar as disciplinas ministradas como destacado por um participante (P1): “Sim. As atividades são planejadas de acordo com o nível que o estudante se apresenta e sempre proporcionando atividades que eles realizem, tentando a cada dia avançar, naquilo que já compreenderam. Buscando sempre o apoio do material manipulável, imagens, etc.”

Os educadores especialista verifica a dificuldade do aluno da classe comum e produz atividades que irá facilitar o aprendizado do educando através de materiais manipuláveis utilizando do lúdico - promovendo a adequação curricular como exemplificado pelo docente (P2): “[...] O primeiro passo é fazer uma investigação das habilidades e dificuldades que o estudante apresenta neste momento e que fase do desenvolvimento cognitivo e da escrita que se encontra. Após este levantamento é realizado o Plano de Atendimento Educacional Especializado.”

Esses planejamentos adaptados tem como propósito oferecer um ensino de qualidade para que o aluno assimile as atividades propostas por ambos os professores ao conduzi-lo nesse processo de ensino-aprendizagem faz com que o discente consiga relacionar a teoria explicada na sala comum com a prática vivenciada na sala de recursos multifuncionais, no qual duas das entrevistadas (P2) explica como é aplicada essas respectivas atividades na SRM: “Ex: estudante com TEA (Transtorno Espectro Autista) não alfabetizado, não associa número/valor, dificuldades de fala e coordenação motora fina. De forma lúdica através da centopeia será possível trabalhar diferentes tipos de pareamentos. O objetivo de parear é o reproduzir o igual, o igual de diferentes formas e posições, sequenciação, sucessor, antecessor, conceitos de primeiro, último, entre, antes, depois, discriminação de cores e formas, noções de sentido e

posição. Sempre a partir de um modelo. No momento da atividade explorar a fala com questionamentos, diferenciando a ecolalia do diálogo, ampliação do vocabulário. Movimento de pinça (pegar pequenas imagens) e força muscular nos dedos no puxar o velcro. Todas as habilidades citadas são necessárias para o processo de alfabetização da leitura e escrita e da matemática. Antes de ir para números e letras trabalhar com imagens de animais, objetos, brinquedos, imagens da área, do foco de interesse. Depois que compreendeu os conceitos e aperfeiçoou as habilidades cognitiva passa para números e letras." a outra professora diz que: "Atividade com pinça, pompons coloridos e potes da cor de cada pompom. Para o trabalho com coordenação motora fina, discriminação visual , percepção , atenção e concentração. A criança deve pegar com a pinça um pompom de cada vez , discriminar a cor e colocar no pote com a cor igual." Em concordância com instrução 016/2011 (PARANÁ: SEED/SUED) o professor através de metodologias e estratégias da suporte aos ensinos na classe comum dependendo das especificidades e preferências de cada aluno.

Cabe ressaltar que profissionais da sala comum (P1) ao serem questionados se contribuem com os professores da SRM na elaboração das atividades houve respostas opostas. Em que, um participante destaca que relativamente sim ao descrever as dificuldades do estudante e o outro essa informação porque nunca foi solicitado afirmando que esse docente que os ajuda. Entretanto segundo MIRANDA (2014), salienta que a articulação entre esses profissionais necessita de conversas com relação a flexibilidade e adequação dos conteúdos do ano que o aluno público-alvo da educação especial está matriculado proporcionando uma aprendizagem significativa.

O educador (P2) respondeu como é esse auxílio aos professores da rede regular: "Dou suporte para os professores poderem trabalhar da melhor maneira possível com os alunos de inclusão. Faço visitas regularmente às escolas que atendem, fazendo assessoramento com as professoras que atendem meus alunos, com pedagogas e se necessário com profissionais de apoio. Levo materiais prontos ou sugestões de materiais para serem confeccionados. Passo as orientações por escrito de como encaminhar o trabalho com a criança, faço e ensino a professora a fazer adaptações das atividades e conteúdos trabalhados. Faço contatos telefônicos, chamadas de vídeo e contatos via whatsapp." Nota-se que há um diálogo entre as partes envolvidas (P1 e P2), porém são trabalhos distintos, no qual cada regional desenvolve o ofício da melhor maneira para atender os estudantes, seguindo as determinações oficiais.

A resolução BRASIL: MEC/CNE/CEB nº 4/2009 determina que os planos AEE é de responsabilidade dos professores que trabalham na SRM, articulem entre os professores da classe comum. Segundo MANTOAN (2010) o atendimento educacional especializado deve estar incluso no projeto político pedagógico das escolas. Visto que as articulações devem ser construtivas para atender a necessidade dos estudantes. A colocação de uma das adeptas (P2) a pesquisa foi em torno de como elas se organizam para atender as instituições de ensino: "[...] levando informações por escrito e ou oralmente sobre o diagnóstico do estudante; trocando informações sobre o planejamento e encaminhamentos pedagógicos a serem realizados."

No decorrer desse trajeto compete esclarecer como os participantes se sentem ao exercer sua função na classe que está inserido levando em consideração sua experiência profissional e qualificação acadêmica. Ao serem questionado sobre se sentir preparado para atuar com estudantes de inclusão houve respostas distintas. Um dos partícipes (P2) diz: "Eu acho que nunca estou preparada. Cada estudante que recebo tem sua história, habilidades e dificuldades. [...]" o outro fala o oposto: "Sim. Me sinto preparada devido aos diversos cursos, estudos, formações continuadas e por sempre estar me atualizando." os professores (P1) também apresentaram diálogos diferentes um deles afirma: "É bem difícil dizer se nos sentimos preparados, a cada dia, hora, minuto aprendemos algo novo com eles, com a turma e com as colegas de caminhada. Sinto que nunca estarei totalmente preparada. Todo dia é um desafio, um aprendizado novo." o último participante (P1) salienta: "Relativamente sim, porém em alguns momentos me sinto despreparada pela especificidade de cada caso." Porém de acordo com LOPES & MARQUEZINE (2012) às escolas ainda estão se adequando ao atendimento educacional especializado, assegurado aos estudantes em documentos oficiais. REZENDE (2016, p.8) afirma que são inúmeras dúvidas quando o tema é inclusão, além disso professores formados recentemente que obtiveram superficialmente conteúdos voltados à área de educação especial mesmo havendo didática para o ensino.

Entretanto apesar de alguns docentes (P1) se sentirem preparados destacaram algumas dificuldades que encontradas como a quantidade de alunos em sala de aula, a adaptação entre eles, o manejo das atividades para plano de apoio, todo o processo educativo leva um tempo para a adaptação de todos e principalmente para o aprendizado do aluno de inclusão. Embora haja estudos de políticas públicas com relação a capacitação dos profissionais da educação, SILVA, SILVA, GUIMARÃES (2018) descreve a necessidade do trabalho em conjunto entre todos da instituição de ensino. Já as educadoras (P2) salientam sobre a dificuldade sobre

aceitação do planejamento oferecido pela professora da SRM, com relação às atividades já citadas muitos permanecem estagnados no mesmo lugar e não dão continuidade ampliando os exercícios para aumentar o desafio. Um dos entrevistados (P2) argumenta outra questão: “[...]Outra grande dificuldade é conhecer os inúmeros recursos e metodologias para atender à todas as deficiências.[...]”.

Constata-se que apesar dos docentes terem cursos de formação continuada ainda assim precisa estar sempre se aperfeiçoando, pois não conhecem todas as metodologias necessárias para atender o público-alvo da educação especial, porque cada discente tem sua potencialidade e especificidade. A articulação entre os profissionais acontece mais ainda apresentam dificuldades como já apontado nesta pesquisa. De acordo com o Manual de orientação: programa para a implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL: MEC/SEESP, 2010) o sistema inclusivo precisa de reajustes na gestão escolar, metodologias e na formação de professores.

6 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada com professores que trabalham no município de Curitiba/PR, propôs analisar as visões dos profissionais que participaram do estudo sobre as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), através dos aspectos estudados na revisão de literatura e dos dados coletados foi possível atingir os objetivos do projeto de graduação.

Nota-se que há uma problemática com relação a articulação entre o docente que atua com o atendimento educacional especializado e o professor da sala comum, em que o trabalho colaborativo ainda não é satisfatório, traz um confronto da teoria com a prática. A comunicação entre os profissionais acontece, mas envolve diferentes opiniões. Embora haja conflitos compreende-se a importância da sala de recursos multifuncionais para a formação do estudante público alvo da educação especial ao complementar o ensino da rede regular.

Conclui-se que a percepção dos professores frente aos serviços especializados se torna relevante para entender quais os aspectos que envolvem o processo educativo das escolas para os estudantes da rede municipal de educação, a fim de garantir a permanência dos mesmos, buscando a autonomia dos alunos com necessidades educacionais especiais que estão matriculados em salas de recursos multifuncionais. As políticas públicas educacionais precisam ser estudadas por todos os profissionais da educação para o desenvolvimento pleno das escolas e serviços especializados, as leis estão em vigência para que ambas trabalham da melhor maneira possível fornecendo assim um ensino de qualidade promovendo a inclusão.

Sendo assim, a salas de recursos multifuncionais tem por finalidade que o estudante acompanhe o ensino regular, atingindo os objetivos pedagógicos das escolas dentro do processo inclusivo. As dificuldades sempre irão existir e é fundamental o diálogo entre os docentes

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO N° 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília, SEESP/MEC, 2008.

BRASIL, LEI N° 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, V.134, N. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL, 2015. LEI N° 13.146, de 6 de jul. 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial** – MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Manual de orientação: programa de implantação de salas de recursos multifuncionais**. Brasília: MEC/SEESP. 2010

BRASIL: MEC/CNE/CEB. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2020

BORGES, Horaides Defant de Souza; ALMEIDA, Lirane Elize Defante Ferreto de. **Formação para professores da educação especial: uma experiência no programa de desenvolvimento educacional no paraná**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_edespecial_artigo_horaides_defant_de_souza_borges.pdf >. Acesso em: 07 de maio de 2020. ISBN 978-85-8015-076-6.

FLORENTINO, Maria de Fátima. MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Plano educacional individualizado – um desafio na ação pedagógica dos alunos matriculados no programa da sala de recursos multifuncional**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uem_mariadefatimaflorentino.pdf >. Acesso em: 14 de maio de 2020. ISBN 978-85-8015-093-3

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 63°ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADENS, Sueli Terezinha Filipaki; GODOY, Miriam Adalgisa Bedim. **Sala de recursos multifuncional: construindo os caminhos para superar as dificuldades**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2014. Curitiba: SEED/PR. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_edespecial_artigo_sueli_terezinha_filipaki.pdf>. Acesso em:14 de maio de 2020. ISBN 978-85-8015-080-3

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios**. RBPAE, Goiânia, v. 28, n. 1, jan. /abr. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

Gatti, B. A. **Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa**, 30 (1), 11-30. 2004. GERHARDT & SILVEIRA. Métodos de Pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira: Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnólogica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Gil, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

LOPES, Esther & MARQUEZINE, Maria Cristina. **Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores**. Rev. Bras. Ed. Esp. [online], Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, jul.-set. 2012. ISSN 1413-6538.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ROPOLI, Edilene Aparecida; SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 51p.

MANZINI, E. J. **Política de educação especial: considerações sobre público-alvo, formação de professores e financiamento. Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. esp. 2, p. 810-824. Araraquara, 2018.

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIRANDA, Elba Neri Moreira de. **Sala de recurso multifuncional: visão de professores inseridos na rede pública de Curitiba e região metropolitana**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

PARANÁ. Deliberação n°02/2016. **Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná**. CURITIBA: CEE, 2016.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares para Educação Municipal de Curitiba**, 2006. Volume 4 - Educação Especial e Inclusiva. CURITIBA: SME, 2006.

PARANÁ. Secretaria Municipal de Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/sala-de-recursos-multifuncionais/3800>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

PARANÁ: SEED/SUED. Instrução n.° 016/2011. **Estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL TIPO I, na Educação Básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora,**

transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos. Disponível em:<http://www.dvzleonardodavinci.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/10/720/455/arquivos/File/Instrucao_016_SRM_ed_basica.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

POKER, R. B.; et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. Cultura Acadêmica/Oficina Universitária: Marília, 2013.

Resolução N.º 02, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

REZENDE, Odineia Aparecida Soares. **Percepções sobre educação inclusiva e atendimento educacional especializado apresentadas pelos alunos do curso de formação de docentes**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_odineiaaparecidadiassoares.pdf >. Acesso em 20 de maio de 2020. ISBN 978-85-8015-093-3

SANTOS, Cristiani Moreira dos & OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. **Uma proposta de adaptação curricular e avaliativa para os alunos da sala de recursos multifuncionais**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uel_cristianimoreiradossantos.pdf> . Acesso em 19 de maio de 2020. <ISBN 978-85-8015-093-3>. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial.

SILVA, Amós Santos; SILVA, Carla Mylena Florêncio da; GUIMARÃES, Orquídea Maria de Souza. **O papel da gestão escolar e do projeto político pedagógico na inclusão educacional**. Revista Administração Educacional - CE – UFPE, V.9 N. 2. Recife-PE, jul/dez. 2018.

8 ANEXOS

ANEXO 1: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSORES QUE ATUAM NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRM).

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Rua Itacolomi, 450 - Portão- Curitiba – Paraná
Telefone: 41-3246-7722

Entrevista semiestruturada para professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

1. Qual é sua formação inicial? Qual o ano de conclusão?
2. Pós-graduação em qual área? Qual ano de conclusão?
3. Quanto tempo você professor (a) leciona com o atendimento educacional especializado dentro do ambiente denominado Sala de Recursos Multifuncionais?
4. A prefeitura disponibiliza cursos de formação continuada aos professores atuantes na SRM? Se sim, quais temas são abordados? Quando foi a última formação?
5. Você se sente preparado para atuar com estudantes de inclusão? Por que?
6. Qual o papel da SRM?
7. Qual a importância da SRM?
8. Você como professor (a) possui um planejamento para atender alunos com necessidades educacionais especiais?
9. Cite uma atividade elaborada por você na SRM? Como você desenvolve essa atividade? Qual foi a prática selecionada?
10. Quais são as dificuldades encontradas na SRM na perspectiva de inclusão escolar?
11. Qual a sua contribuição para o trabalho do professor da sala comum? Como ocorre a articulação entre você professor (a) que atua no AEE e o docente da rede regular de ensino?

12. Como você se organiza pedagogicamente para auxiliar o docente da rede regular de ensino?

ANEXO 2**:** ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO REGULAR.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Rua Itacolomi, 450 - Portão- Curitiba – Paraná
Telefone: 41-3246-7722

Entrevista semiestruturada para professores que atuam no ensino regular.

1. Qual é sua formação inicial? Qual o ano de conclusão?
2. Fez ou faz pós-graduação? Em qual área? Qual ano de conclusão ou qual ano será concluído?
3. Quanto tempo você professor (a) leciona para estudantes com necessidades educacionais especiais?
4. A prefeitura disponibiliza cursos de formação continuada aos professores referente à inclusão e/ou AEE? Se sim, quais os conteúdos abordados no estudo? Quando foi a última formação?
5. Você se sente preparado para atuar com estudantes de inclusão? Por que?
6. Qual o papel da SRM no trabalho realizado com estudantes de inclusão na sala comum?
7. Qual a importância da SRM? Qual relevância a SRM apresenta para o ensino regular?
8. Você como professor (a) possui um plano de apoio para atender alunos com necessidades especiais educacionais? Cite como você desenvolve essas atividades?
9. Quais as dificuldades encontradas na classe comum na perspectiva de inclusão escolar?
10. Como você, define as contribuições dos professores atuantes na SRM? Explique como ocorre a articulação entre você, professor da sala comum e o docente especializado no AEE?
11. Você colabora com o desenvolvimento de atividades propostas pelo professor que atua na SRM? Explique.